

OPA levam cotadas a pedir reunião com o Governo

Sara Matos



Luís Palha da Silva | O administrador da Jerónimo Martins é o presidente da direcção da Associação de Empresas Emitentes.

CMVM recebeu cinco contributos na consulta pública sobre a alteração das regras das OPA. Uma delas partiu da Associação de Emitentes

ANDRÉ VERÍSSIMO averissimo@negocios.pt

A Associação de Emitentes de Mercado (AEM) pediu uma reunião no ministério liderado por Vítor Gaspar, de forma a sensibilizar o Governo para a sua posição em relação às novas regras para o levantamento das blindagens de estatutos das cotadas, em caso de OPA. O pedido, ainda não aceite, acontece depois de a CMVM ter recusado prolongar o prazo da consulta pública sobre a alteração legislativa, que terminou ontem.

A pedido do Governo a CMVM colocou no

dia 17 de Agosto em consulta pública a alteração ao artigo 182.º A do Código dos Valores Mobiliários. A mudança permite que as blindagens de estatutos, que introduzem limites à percentagem de voto dos accionistas nas assembleias gerais, sejam levantadas em caso de OPA. O objectivo é reforçar a "soberania dos accionistas".

A AEM pediu no final da semana passada um alargamento do período da consulta até ao final de Setembro, alegando que o prazo dado não permitia "uma reflexão suficiente de um tema que pelas consequências práticas que tem não pode ser tratado de ânimo leve". Na altura, Abel Sequeira Ferreira, director executivo da associação, argumentou que a alteração surge "num período económico particularmente difícil em que a capitalização das empresas se encontra, em muitos casos, em mínimos históricos", dando a entender que a mu-

dança nas regras das OPA fragiliza a defesa das empresas no actual contexto.

Cinco respostas à consulta pública

Segundo fonte oficial, tinham chegado quatro contributos à CMVM até às 18h30, um deles da Sonae e outro da ATM - Associação de Investidores. Nenhum deles era da AEM, mas Abel Sequeira Ferreira garantiu ao **Negócios** que fez chegar a resposta ao regulador. A associação não quis divulgar o conteúdo, preferindo fazê-lo primeiro junto do Governo.

A ATM já veio defender publicamente o levantamento das blindagens em caso de OPA. "A proposta só melhora o valor das empresas e acrescenta valor ao mercado", afirmou o presidente da associação, Octávio Viana, para quem as novas regras permitem que uma OPA "possa ser decidida, de facto, pelos accionistas da empresa, e não na secretaria".